

Histórico da Economia Solidária no Brasil

Sidélia Luiza de Paula Silva – UNICAMP¹

sidelialuiza@gmail.com

GT: Sociedade civil e políticas públicas

Resumo

No Brasil a Economia Solidária já ocupa diversos setores, com uma nova proposta de consumo, escoamento, produção, trabalho e relação de compra e venda. Há algumas conquistas na institucionalização dessa prática para que seja reconhecida como distinta da economia hegemônica. Com o intuito de delinear os principais acontecimentos da Economia Solidária e sua movimentação no país durante todos esses anos, a partir de órgãos públicos, privados, do terceiro setor e movimentos populares, o artigo pretende expor a evolução da Economia Solidária e as suas perspectivas de avanços de acordo com o panorama de hoje. Com a proposta de refletir sobre os principais acontecimentos e impactos da Economia Solidária no Brasil e seu desdobramento contributivo ao desenvolvimento de coletivos e Empreendimentos Econômicos Solidários que articulam, sugerem e praticam novas dinâmicas econômicas descentralizadas.

Palavras Chave: Histórico; Economia Solidária; Políticas Públicas.

Abstract

In Brazil, the Solidarity Economy is already in various sectors, with a new proposal for consumption, flow, production, work and relationship of buying and selling. There are some achievements in institutionalizing this practice to be recognized as distinct from the hegemonic economy. In order to outline the main events of Solidarity Economy and its changes in the country over the years, from public, private bodies, third sector and social movements, the article aims to explain the evolution of the Solidarity Economy and its prospects advances in accordance with the panorama of today. With the proposal to reflect on the main events and impacts of the Solidarity Economy in Brazil and its contributory unfolding the development of collective and Economic Solidarity Projects that articulate, suggest and practice new decentralized economic dynamics.

Keywords: History; Solidarity Economy; Public Policy.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Politécnica de Campinas, aluna especial da Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico – Economia Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Introdução

A Economia Solidária no Brasil vem tomando vários espaços, em diversas esferas (privada, pública, popular, etc.) e os fatores históricos que contribuíram para que a prática, a teoria e a institucionalização tivesse viés e que esses elementos fossem legitimados e tomasse o corpo e as diretrizes existentes foram intensas e conseguidas com muito esforço coletivo.

Em construção a Economia Solidária toma diversas vertentes e conceitos, discussões e elementos de mercado. Pensar em uma economia paralela ao sistema hegemônico, demanda a decisão e construção de diretrizes de funcionamento, escoamento, produção, comércio, mercado, crédito, etc.

A institucionalização se torna fundamental para que essa prática seja expandida em outros locais e onde já está em funcionamento, para que também seja legitimado o funcionamento e reconhecida a prática. Por esse motivo que existe uma importância impar na instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a regionalização estadual e municipal dessa prática.

Histórico da Economia Solidária no Brasil

A economia solidária no Brasil se instala como resposta ao desemprego que assola o país, são criados empreendimentos de esforço coletivo e decisão também, rompendo com a hierarquização dos espaços de trabalho. “A economia solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais.” (FRANÇA FILHO, 2006)

A exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho na década de 90 contribui para que as práticas de Economia Solidária cresçam em todo o país e sejam visibilizadas enquanto prática emancipadora. Alguns trabalhadores que estão excluídos do mercado de trabalho, se inserem nessa prática, que com esses fatores econômicos, políticos e sociais acabam por contribuir para a criação de uma economia paralela, com uma dimensão menor e acoplada ao sistema hegemônico, com diretrizes de produção, trabalho e escoamento que visa o coletivo e as decisões horizontais.

A especificidade dos trabalhadores e trabalhadoras que se inserem na economia solidária é uma parcela da sociedade que vive em situação de miséria e pobreza extrema. (SINGER, SILVA, SCHIOCHET, 2014) esses são os principais percussores da denominada economia solidária, também conhecida como economia popular e economia social, sucintamente, porém mais analiticamente com sentidos e significados sempre em debate e em formação.

No Brasil essa economia se institucionaliza a partir do governo Lula, porém o movimento é anterior à institucionalização, nos anos 80 ela aparece com força devido as empresas recuperadas e o debate sobre a globalização que alcança uma extensão maior no mundo, a igreja (mais preponderantemente a católica) juntamente com os movimentos sociais começam a criar novas formas de trabalho e geração de renda associativos/cooperativos.

Nos anos 90 no movimento da economia solidária inicia-se o debate teórico sobre o lugar que ocupa, as praticas, a dimensão, os limites e as possibilidades, a institucionalização começa a fazer parte dos espaços de troca, a questão mais simples é que a institucionalização é necessária para legitimar a pratica e reconhece-la, por outro lado, poderia gerar uma perda da autonomia dos movimentos e instituições frente ao mercado. Então surge o debate de qual seria o caminho da institucionalização-autonomia desse movimento. (SANTOS, CARNEIRO, 2008)

O cenário político e econômico de 90 culminam para os “novos movimentos sociais” que já não vislumbram mais a tomada de poder do Estado e sim a emancipação

social, visto que os movimentos tiveram a percepção que só a tomada de poder não propiciaria diretamente a emancipação social, existem processos que são anteriores a essa questão, que são sistemáticas políticas e econômicas. (SANTOS, 2006)

Esse trabalho utiliza os referenciais de divisão temporal da tese de doutorado de Lechat (2004) onde a autora divide a Economia Solidária em 3 fases, porém esse trabalho optou por ter uma linearidade sistematizada em anos de referência:

1º período 1980 a 1995: surge como reação ao desemprego em massa e nova estruturação da organização do trabalho. (FRANÇA FILHO, 2006)

Anterior a deterioração do mercado de trabalho há na década de 70 uma modernização conservadora que provém do governo militar que é a reestruturação dos mercados: financeirização, industrialização, reformas, abertura dos mercados etc.

Nesse ponto cabe ressaltar a expansão da atuação das Agências Globais e a implementação do liberalismo na maioria dos países da América Latina, visto a dependência dos países com as Agências Globais que por sua vez respondiam aos interesses dos países de centro. (GIMENEZ, 2007)

O início da expansão da tecnologia na década de 80 a nível de maquinário produtivo (automação), demandava uma mão de obra qualificada e tirava boa parte da mão de obra necessária no processo antigo de produção, no caso da América Latina a qualificação da mão de obra era uma questão a ser tratada e o acesso das empresas nacionais a esses maquinários também. Com esse cenário surge no Brasil a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão), as empresas nacionais que não se adaptaram a esse bruto processo de modernização acabaram por falir e deixar as trabalhadoras e trabalhadores a mercê do mercado de trabalho que estava em crise.

A forma encontrada pelas trabalhadoras e trabalhadores foi se organizar em coletivos para protegerem a sua remuneração mínima. Assim surge a ANTEAG onde as trabalhadoras e trabalhadores ocupam as fabricas onde trabalham e assumem a produção, administração e demais setores necessários para manterem a empresa em funcionamento e garantirem sua remuneração. (ADRIANO, 2015)

Em 1992 surgem as ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), uma previsão do programa "Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida" sistematiza Cherfem (2014, p23) "que pertencem as Universidades e surgiram para se dedicar a organização da população de baixa renda em cooperativas de produção ou de trabalho, com apoio administrativo, jurídico, de formação política, pedagógica etc."

Nesse esforço em 1995 surge a primeira ITCP, no estado do Rio de Janeiro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mais especificamente no Centro de Pós-Graduação de Engenharias (Coppe). Nesses primeiros pulsares da Economia Solidária já se percebe, há um caminho para institucionalização de algumas instituições públicas que se inserem no campo da Economia Solidária, assim como o terceiro setor também se organiza para dar corpo a essa nova prática.

2º período 1996 a 2001: esse período se caracteriza pela expansão da articulação das instituições universitárias com os movimentos sociais e do terceiro setor, assim como há expansão das atividades das igrejas na ajuda aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's), organismos como a Cáritas continuam por acompanhar os EES's. Existe também nesse período a articulação das universidades para trocas de experiências não só entre si, mas com os movimentos e os EES's.

Nesse âmbito percebemos a criação em 1997 da Fundação Unitrabalho, uma Rede interuniversitária de estudos e pesquisas sobre o trabalho “a Unitrabalho é uma Rede Nacional de Universidades que apóia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social.” (UNITRABALHO, 2015)

Em 1998 é realizado o primeiro encontro de ITCP's uma troca de experiências entre a ITCP Ceará e a ITCP Rio de Janeiro. No intuito de que as experiências passadas pela ITCP Rio de Janeiro – que tinha mais anos de atuação – fossem absorvidas e incorporadas a ITCP Ceará. Esse encontro se deu por fomento do FINEP, que também caracteriza uma das portas de entrada para institucionalização o FINEP começa a fomentar as práticas das ITCP's e a lançar chamadas e editais (PRONINC) que contemplam as especificidades de funcionamento dessas instituições no mesmo período a Fundação Banco do Brasil viabiliza alguns editais que prevê recursos financeiros para compra de materiais específicos voltados para Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's).

Aconteceu também o Fórum de Cooperativismo Popular no Rio de Janeiro que tinha como perspectiva a articulação e troca de experiências entre vários seguimentos do setor cooperativista, colocando de forma mais abrangente os setores formais e informais, não governamentais, com práticas associativas e de autogestão para sua própria articulação e desenvolvimento enquanto coletivo.

Em 1999 acontece o evento “Economia dos Setores Populares” que resulta em uma publicação muito importante para entender a dinâmica de funcionamento e viabilidade dos

EES's, essa publicação marca o início do debate teórico na Economia Solidária, a prática agora começa a tomar corpo teórico, essa publicação indaga várias questões que já estavam dadas como resolvidas dentro do campo da Economia Solidária, no sentido majoritário de questionar a prática e o que estava se propagando sobre a mesma, “Economia dos Setores Populares” ao mesmo tempo em que insere questões para um debate inicial também insere uma sensatez: “os debates da primeira fase ainda se restringiam às reflexões em torno de um possível socialismo, tendo na autogestão a principal referência da crítica ao capitalismo.” (LIMA, 2011).

Para as idéias que estavam se manifestando na época sobre o que seria Economia Solidária no Brasil, os rumos e abrangência essa fase deu novo corpo aos pensamentos e mais questionamentos.

No início dos anos 2000 surge a UNISOL Cooperativas:

A UNISOL Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, fundada em março de 2000, surge da vontade das cooperativas criadas com apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba, e do Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros, que passou a agregar outras cooperativas, bem como o apoio de outros sindicatos, em uma primeira fase restrita ao Estado de São Paulo. Por sua vez, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) lançou, no mesmo ano, a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), visando organizar e fomentar o desenvolvimento local nas várias regiões do país. (UNISOL, 2015)

No ano 2000 surgem alguns órgãos vinculados a questão do trabalho, analisando que os sindicatos majoritariamente são vinculados a organizações maiores e na maioria das vezes a liderança, os conselhos ou parcela dos membros são partidários, pode-se dizer que a partir disso surgem as disputas políticas e as questões da organização dos trabalhadores dentro da Economia Solidária, dentro da CUT se forma a Agência de Desenvolvimento Solidário ADS-CUT.

A Economia Solidária também começa a se organizar no sentido financeiro, com o surgimento da Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária, segundo o site institucional “é um bloco histórico em formação, confrontando o sistema e a globalização capitalista, tendo um projeto de construção, de baixo para cima, da socioeconômica solidária”, porém anterior a rede já existe o Banco Palmas fundado em 1998 com o objetivo de suprir a demanda de crédito financeiro do Conjunto Palmas em Fortaleza – CE e hoje é referência no que tange banco comunitário.

Todas essas características de instituições que se inserem na Economia Solidária, contribuem para que mais ideias e demandas surjam, assim como a organização de um coletivo também. Os encontros de interesse começam a acontecer e a se tornar algo maior a partir dessa fase.

3º período 2002 até hoje: esse período é marcado pelas articulações, tanto no campo político como na troca de experiências entre os agentes da Economia Solidária, caminho para a institucionalização e empoderamento dos instrumentos burocráticos necessários para alcançar direitos e regulamentar direitos pelas vias legais reconhecidas pelo Estado.

A inserção do Grupo de Trabalho de Economia Solidária no Fórum Social Mundial (FSM) de 2003 deu maior visibilidade a essa prática que já estava presente na primeira e na segunda edição do Fórum Social Mundial com ações organizadas e realizadas pelo Grupo de Trabalho de Economia Solidária. O Grupo de Trabalho de Economia Solidária inserido no FSM inserido na I Plenária de Economia Solidária, em apenas um ano aconteceram três plenárias para tomada de decisão e encaminhamentos das propostas e demandas que estavam surgindo nesse campo em diversos setores.

As decisões precisam de encaminhamentos, mas também precisavam ser coletivas e integrar os interesses de todos os agentes que estavam difundidos no pensamento, prática e engajamento da Economia Solidária. Dessas plenárias surge a proposta de criação de órgãos específicos e governamentais para organizar, fomentar e reconhecer a Economia Solidária como prática social e fator de geração de renda e trabalho.

O Grupo de Trabalho de Economia Solidária organizados pelos próprios agentes para pensar e debater estratégias de inserção da prática como política pública e expansão do conhecimento sobre as experiências em Economia Solidária, o GT realizou diversas atividades dentro do primeiro e segundo Fórum Social Mundial houve a elaboração de uma carta direcionada ao futuro presidente Lula:

“intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Aquele documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).” (FBES, 2015)

Poucos dias antes do começo do III FSM é criada juntamente ao Ministério do Trabalho e Emprego a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), órgão

responsável por suprir as demandas da Economia Solidária no Brasil, para tanto a SENAES é abastecida com as demandas do FBES (Forúm Brasileiro de Economia Solidária). O FBES surge em uma oficina do III Fórum Social Mundial. (CUNHA, 2007, p 299)

No III FSM também acontece o Fórum de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, mais um passo para que a construção da Economia Solidária se consolidasse institucionalmente.

Após a efetivação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) o FBES passou a ter a função de dialogar as demandas dos agentes da Economia Solidária para a secretaria. As políticas públicas formuladas pela SENAES no âmbito de atender as demandas dos agentes da Economia Solidária, são pensadas coletivamente, de acordo com a estrutura do FBES¹ que preza pela participação de todos e todas no processo de formulação, desenvolvimento, implementação e avaliação das políticas públicas dessa especificidade.



Estrutura do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Fonte: http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57

O debate institucional da Economia Solidária, se altera de acordo com a política que se adota, o Brasil passa por essa instabilidade indefinida de governos, partidos e interesses que acabam por tornar as políticas sociais e outras esferas de direito e cidadania instáveis.

Nessa fase é possível perceber um salto, o ano de 2003 é marcado por diversas conquistas no campo da Economia Solidária. É uma fase que se inicia com uma articulação com setores muito forte e que já trazem um conhecimento de lutas institucionais para os direitos.

4º período atemporal: esse período é marcado pelo debate e avaliação da institucionalização e autonomia da Economia Solidária até aqui, e coloca os termos da Economia Solidária em disputa e debate durante quase todo o período de incidência da prática no país. Nos escritos teóricos ao mesmo tempo em que existe um debate sobre o assunto em diversos campos sociais, também se percebe alguma intenção de avaliação do que tem sido a Economia Solidária – e isso dentro da especificidade de cada escrito – e sugestões de como reformar certo campo - como funcionaria melhor de acordo com as diversas experiências exposta. (ABRAMOVAY, 2004)

Sendo a Economia Solidária ainda tão embrionária e com tantas possibilidades de expansão, o debate e a discussão teórica aumentam e as proposições também. As comparações com as experiências em diferentes locais, territórios, países de acordo com as demandas, costumes, hábitos, estrutura social começam a dar nova roupagem ao entendimento de como a Economia Solidária funciona diferente em cada ambiente.

Todas essas nuances começam a aparecer em seminários, congressos e demais eventos onde a Economia Solidária é abordada ou é eixo de algum debate de tema maior em eventos acadêmicos ou não.

A socialização dessas experiências tem sido importante para fomentar o pensamento de como sanar algumas demandas que incidem em um local ou outro e quando é percebido alguns empreendimentos já passaram pela mesma situação e a troca permite racionalizar a melhor forma de correção desses conflitos que surgem no percurso.

Basicamente esse período se espalha na trajetória da Economia Solidária no Brasil, com aumento nos últimos anos, que é o exercício de sistematizar, avaliar, pensar teoricamente e criticamente a prática.

Nesse período se insere o debate mais sólido dos olhares feministas para a prática da Economia Solidária. Porém em uma leitura linear, coloca CHERFEM (2014):

A V plenária contou novamente com uma carta organizada pelo GT de Gênero que em 2011 passou a ser um GT exclusivo de auto-organização das mulheres, passando a se chamar GT Mulheres do FBES. Destacam-se alguns trechos desta carta em que o GT reforça a existência da

desigualdade entre homens e mulheres na ES, e mostra que o conceito de trabalho na ES precisa ser ampliado, compreendendo definitivamente o trabalho produtivo e reprodutivo. (CHERFEM, 2014, p43)

Marca também a luta para mais investimentos e atuação do governo na Economia Solidária e na sua dinâmica como instrumento importante de inclusão social. A atuação do movimento nessa etapa se dá por abranger, avaliar e colocar as implementações do que está concretizado e propor diretrizes de acordo com as demandas que surgem e são discutidas no Fórum Nacional de Economia Solidária.

Considerações Finais

A evolução da Economia Solidária é perceptível, começou como uma forma de sobrevivência ao mercado de trabalho desfavorável na reestruturação da organização do trabalho e outros fatores como a globalização que afetaram diretamente o Brasil e as empresas brasileiras.

Desses movimentos coletivos surge algo maior e mais organizado e com oportunidade e perspectiva de expansão. Com estratégia, perspicácia e um governo favorável as políticas sociais a institucionalização e formato estrutural se deu como os e as agentes da Economia Solidária esperavam, com alguns elementos que precisavam ser alteradas, mas de antemão a institucionalização que era a porta de entrada para mais conquistas.

Embora existam muitas críticas a institucionalização, inegavelmente os Empreendimentos Econômicos Solidários deram um salto na questão da produção, pois a institucionalização além de trazer fomento, assessoria técnica, regulamentação traz também a estruturação de produção, escoamento etc. Fatores essenciais para pensar a geração de renda a partir da produção coletiva. Também trás a legitimação necessária para a sua continuidade. Outro ponto sobre a institucionalização, é que desde a década de 90 existe no Brasil declaradamente uma inconstância neoliberal – que por vezes está mais ou menos presente -, a implantação de políticas públicas de viés social mesmo que mínima é conseguida há muito custo e esforço.

Embora haja críticas e dúvidas sobre as intenções do Estado nessa institucionalização, até hoje isso foi realizado com a democracia possível, colocando representantes de todas as esferas da Economia Solidária na formulação e debate das implementações demandadas da Economia Solidária até hoje.

Nas pesquisas teóricas deve-se cuidar com as interpretações – muitas vezes eufóricas – de que uma “revolução” está em curso e que a Economia Solidária tem a possibilidade de concorrer com o sistema hegemônico. Deve-se ter cautela com essas interpretações, o sistema hegemônico está muito mais estabelecido e consolidado do que aparenta. Talvez analisar dessa forma seja um ponto fora da curva. (LIMA, 2011)

Embora em 2012 tenha havido um recuo no crescimento de políticas públicas no âmbito da Economia Solidária, reconhecidamente esses primeiros investimentos deram margem para intervenção do setor privado, também pela responsabilização social e

ambiental que vem sendo cobrada pela sociedade como um todo, e convertida em legislações para responsabilizar esses setores, existe cada vez mais recursos privados para fomentos de diversas práticas. É uma “faca de dois gumes” a questão do investimento privado, principalmente para a análise da Economia Solidária como movimento. Porém, são empreendimentos tão precários que na maioria das vezes o fomento não é visto como um problema, até porque existe a demanda de como colocar a questão política ou a proposta política da Economia Solidária como um todo estruturada para que haja hegemonia nas orientações de como deve ser o relacionamento com o setor privado ou se isso é realmente um problema para os EES’s.

No mais as perspectivas para Economia Solidária são instáveis devido ao cenário político, econômico e social que se alteram de acordo com os governos que assumem, a Economia Solidária estabelecida como política nacional fica menos vulnerável aos mandos e desmandos de interesses políticos de governos que possam ter a intenção de desestabilizar a Economia Solidária para beneficiar outro setor ou outros interesses.

Referência Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS-CUT, SEBRAE, 2004.

ADRIANO, Patrícia Leão. **ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. Disponível em <<http://www.facesdobrasil.org.br/membrosfaces/32-acssociacao-de-certificacao-socioparticipativa-da-amazonia.html>> acessado em 10/05/2015 as 20:41.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade de Gênero, Classe e Raça no Trabalho Coletivo/Assosiativo**. Tese de Doutorado. Campinas. 2014.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Políticas Públicas de Economia Solidária enquanto ressignificação das relações Estado-sociedade: alguns elementos teóricos empíricos**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC. Florianópolis. 2007.

Do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. [s.d] Disponível em <<http://iteia.com/textos/do-fsm-ao-fbes>> acesso em 23.04.2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho *et al* (Orgs.). **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006. P 201-206.

GIMENEZ, Dennis Maracci. **A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil**. São Paulo LTr, (2007) Cap, 2, p. 51 a 88.

GOMES, Rosemary. GROSSO Pauline. **Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. 2003**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6724.html>> (Acessado em 28.04.2015)

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. **Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia Solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil**. In LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. Relatório Final – PROJETO TEMÁTICO FAPESP: A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero. Período: 31/05/2010 – 30/03/2011. Campinas, 2011.

SANTOS, CARNEIRO, Aline Mendonça, Vanderson Gonsalves. **O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através**

da diversidade. e-cadernos ces [online], 02 | 2008, posto online no dia 01 Dezembro 2008, <<http://eces.revues.org/1260>> consultado 15.02.2015.

SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo. Cortez Editora. 2008.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho A.; SCHIOCHET, Valmor. **Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria, extraído de BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria. Organizadores: CAMPELO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA Patricia Vieira. *et al* (Orgs.) – Brasília: MDS, 2014. 848 p. : gráfs, mapas, tabs.

Sites Pesquisados:

UNITRABALHO: <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article3>

UNISOL: <http://www.unisolbrasil.org.br/historico/>

BANCO PALMAS: <http://www.institutobancopalmas.org/>

FBES:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57

REVISTA UNISINOS: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/about/history>
[acessado em 23.5.2015](#)

SENAES: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/historico.htm>